

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Pauta: Saúde

Participantes poder público: Zoraide Caobianco Modenutte (DPE - NESC), Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos e Familiares), Paula Santos (SMDHC - Egressos e Familiares), Julia Lima (SMDHC - Egressos e Familiares), Marcelo Marchesini (SGM - SEPE), Sabrina Alexandrino (SMDET - CT), Maria Lucia Yamashita (SMS), Diego Polachini (DPE - NESC), Adriana Fernandes (ME/ Divisão de Educação de Jovens e Adultos- DIEJA), Og Pinto (SMADS), Marcela Tulli (SGM - SEPE), Ana Katarina Barbosa (CPIR), Gabrielle Dias (SMS - Atenção Básica), Clarice Shiozawa (SMDHC - CPD), Katia Muniz Amirati (STS Lapa Pinheiros), Silvana Kamehama (SMS), Camila Bortoluci (SMS).

Participantes Sociedade Civil: Bruno Karam, Alice Pellegrini Vergueiro, Grazielle Santos Soares.

Participantes Organização Social: Joel Novaes (Recomeçar), Tempestade (FEDSP), Marina Lage Drummond (Casa Flores), Ivete Belfort (palavras de paz), Kaio Nunes (Instituto Ação pela Paz), Helen Baum (Coletivo por Nós), Camila Felizardo (Nova Rota), Karine (Resposta).

Às **14:00 do dia 14 do mês de novembro do ano de 2023**, na modalidade on-line, na plataforma Google Meet. Reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos e Familiares) e a Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos e Familiares) presidiram a reunião.

A Sra. Giovanna agradeceu a presença de todos e todas na reunião e deu início a apresentação dos informes e encaminhamentos da reunião anterior que foram realizados, também solicitou que as organizações que tivessem informes compartilhassem suas ações.

A Sra. **Camila Felizardo** (Nova Rota) compartilhou algumas das ações do Nova Rota, e destacou em sua fala o projeto de extensão e cultura da Nova Rota, que é um grupo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

formado prioritariamente por sobreviventes do cárcere, sendo um espaço de reflexão, articulação e um mecanismo político para a inclusão social de pessoas que sobreviveram ao cárcere. Além disso, informou que a Associação Projeto Nova Rota abriu dois editais para a seleção de novos bolsistas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com início dos estudos no 1º semestre de 2024. As inscrições ficaram abertas de 01.11.2023 a 03.12.2023.

A seguir, a Sra. **Marina Lage Drumond** (Casa Flores) falou sobre o evento e da Metodologia Liberdades para a construção de Projetos de Vida da Casa Flores, com objetivo de apoiar a melhoria do desenvolvimento pessoal e profissional de pessoas que passaram pela experiência do cárcere e outras que se encontram em situação de vulnerabilidade. Disse também que as inscrições podem ser realizadas de forma online.

A Sra. **Karine Vieira** (Instituto Resposta) abordou a atuação da organização frente a pena de multa, por meio de mutirões que visam promover a justiça social e o acesso à justiça pelos sobreviventes do cárcere.

Em seguida, a Sra. Paula falou sobre a sistematização das propostas do grupo de trabalho para a construção de um relatório e explicou como o mapeamento das propostas estava sendo realizado. Assim, deu continuidade lendo a planilha com as propostas e questionando se a sociedade civil aprovava cada item.

A primeira proposta apresentada abordou a necessidade de proteção dos dados da pessoa em privação de liberdade e dos familiares e a questão da impossibilidade de encaminhar alguns casos devido à ausência de informações sobre a vítima e as possíveis represálias após o direcionamento de alguma denúncia. Com base no artigo 5º da Lei Municipal, a proposta da sociedade civil voltou-se para a redefinição das possibilidades de encaminhamentos das denúncias mesmo com dados anônimos e a coordenação propôs a criação de orientações para o acolhimento e direcionamento de denúncias anônimas para

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

que, ainda que sem informações de identificação, elas possam ser direcionadas (considerar o direcionamento coletivo ou abrangente), usar as estratégias de questionamento para que o caso em questão seja trabalhado sem a identificação do denunciante ou da denúncia em si. Bem como, a criação de pontes de articulação para que as demandas possam ser trabalhadas de outras maneiras que não exclusivamente através de denúncias.

Após a aprovação da primeira proposta pelo GT, a Sra. Paula seguiu com a apresentação da demanda de atendimento dos familiares encaminhados no momento da visita (após scanner) e passarem por um novo processo vexatório ao chegarem às unidades de saúde. A sociedade civil havia proposto anteriormente a formação, preparo e acolhimento de denúncias e reclamações sobre as situações vexatórias vivenciadas nas unidades de saúde, e a coordenação apresentou como proposta o mapeamento das unidades de saúde do município que recebem o encaminhamento de familiares após scanner. Além disso, sugeriu a formação das equipes de saúde que recebem pessoas encaminhadas pelas unidades prisionais e a criação de materiais informativos para fixação nas unidades de saúde, campanhas de informação aos familiares sobre os direitos no exame feito pelas unidades.

Nesse momento, a Sra. **Helen Baum** (Coletivo por Nós) relatou situações de revista vexatória dos familiares que são submetidos ao scanner e expressou a preocupação de que as mulheres grávidas precisam passar por esse procedimento, ressaltando a ausência de regulamentação, e questionou o que poderia ser feito a respeito. Em seguida, a segunda proposta foi aprovada pelos presentes na reunião.

Acerca da demanda em decorrência da ausência de dados sobre os atendimentos realizados à população egressa do sistema prisional e familiares, além das denúncias, e dos serviços por eles/as demandados. A Sra. Paula apontou que a proposta da coordenação é

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

realizar a coleta e sistematização e interpretação técnica dos dados do atendimento da população egressa do sistema prisional e de familiares nos registros de serviços do município.

A Sra. Camila destacou a importância da sistematização das informações de pessoas egressas, mencionando a apresentação do Sr. **Bruno Karam** no 1º Seminário Municipal Sobre a População Egressa e Familiares e perguntou como os dados dos egressos seriam abrangidos. A Sra. Paula respondeu, estabelecendo que os cruzamentos de dados seriam realizados para obter uma compreensão mais abrangente das vulnerabilidades da população sobrevivente.

A Sra. Camila completou enfatizando a necessidade desse cruzamento de dados para uma compreensão mais aprofundada. A Sra. Helen perguntou se havia a possibilidade de cruzar os dados das pessoas durante e após o período de encarceramento. Paula respondeu ressaltando a importância de encontrar dados para construir uma relação das informações acerca da população egressa.

Sobre o assunto, a Sra. Karine expressou sua opinião, afirmando que pensa que esses cruzamentos de dados podem ser aprimorados por meio de coletas de indicadores de encaminhamentos. Disse que no Instituto Resposta, os encaminhamentos são direcionados para a rede de saúde, e a equipe técnica da instituição entra em contato com os equipamentos, acompanhando todo o processo. Toda coleta de informações é realizada pela equipe técnica e pode ser compartilhada com os equipamentos. Dessa forma, conseguem identificar a demanda com maior clareza e ter uma ideia de quais são as sequelas do cárcere.

A Sra. **Alice Vergueiro** expressou concordância com Karine e destacou a importância da oferta, descrevendo-a como fundamental e orientadora tanto para assistentes sociais

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

quanto para ela, que está no processo de formação para ser uma assistente social. Ela comparou a abordagem a um estudo social, enfatizando a capacidade de identificar problemas ou falhas e acionar a rede para proporcionar visibilidade e atenção. Ainda, Alice ressaltou a importância da garantia de direitos. Além disso, disse que o núcleo de saúde em que compõe se concentra na redução de danos e se dedica a essa abordagem.

Com a aprovação da terceira proposta, a Sra. Paula seguiu para a quarta proposta que referiu-se à demanda sobre ausência de atenção dos serviços territorializados no atendimento qualificado à população sobrevivente e familiares para que as situações não cheguem ao nível de violência. Com vistas às propostas da sociedade civil, a coordenação sugeriu a realização de formações e capacitações aos serviços territorializados sobre as especificidades da população sobrevivente e familiares, e formação com familiares sobre acesso aos direitos relacionados ao processo criminal e às políticas municipais.

Seguido a aprovação da proposta pelo GT, destacou o desconhecimento, por parte dos/as cidadãs/ãos sobre os múltiplos espaços de coleta de denúncias e a maneira como trabalham e direcionam os casos e apresentou enquanto proposta da coordenação a realização de uma cartilha informativa única sobre os espaços de acolhimento de denúncias, ofertas, possibilidades de encaminhamento e autonomia para que a pessoa a registrar tenha possibilidade de identificação do espaço mais adequado para sua demanda.

Com o fim da sistematização de propostas e concordância de todos os presentes, a Sra. Giovanna deu seguimento a apresentação rápida das legislações, destacando a Lei de Execução Penal (LEP), que antecede a Constituição de 1988, mencionando também o Decreto 59.988/2013 que reorganiza a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, da Secretaria da Administração Penitenciária. Giovanna enfatizou a importância de compreender os mecanismos existentes, abordou o Plano Nacional de Saúde no Sistema

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Penitenciário (PNSSP) e destacou a Política Nacional, ressaltando a articulação com a política municipal. Assim a Sra. Giovanna passou a palavra para a Sra. **Maria Lúcia Yamashita** (SMS).

A seguir, a Sra. Maria Lúcia iniciou a apresentação projetando os slides. Ela se apresentou e introduziu seu trabalho, destacando que abordará todo o atendimento de saúde no município. Maria Lúcia discorreu sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando a concepção de saúde além da ausência de doenças, incluindo o bem-estar mental, físico e social. Ela explicou os diferentes níveis de atenção e complexidade do SUS, apresentando o organograma da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e mencionando a divisão do território para maior proximidade.

A apresentação detalhou os serviços que compõem a Rede de Atenção à Saúde (RAS), abrangendo 470 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 89 Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMA's), 42 unidades de Rede de Atenção Especializada Ambulatorial, 53 de Atenção às Urgências /Emergências, 214 Unidades de Saúde Mental, 24 Hospitais Municipais, 28 centros de infecção por HIV/AIDS, 465 unidades de saúde bucal, 32 centros especializados de reabilitação, 13 Unidades de Referência em Saúde do Idoso (URSI), 6 Centros de Referência em Saúde Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CR PICS), 50 Programas de Atenção Integrada (PAI), e 61 Serviços de Atenção Domiciliar (SAD) no município.

Ainda, a Sra. Maria Lúcia abordou as ações de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento (UP's) e descreveu o fluxo de atendimento. Ao concluir a apresentação, ela se colocou à disposição para esclarecer dúvidas. A Sra. Giovanna, em seguida, solicitou que a sociedade civil apresentasse propostas e perguntas.

Assim, a Sra. Alice perguntou como ocorre o acompanhamento do pré-egresso até a condição de egresso. A Sra. Maria Lúcia respondeu que o acesso à rede depende muito do

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

conhecimento de cada família e que o acompanhamento varia de acordo com cada situação. Ela destacou que não há um fluxo específico para esse público.

A seguir, a Sra. **Tempestade** (FEDSP) perguntou o por que a saúde não envia ônibus para consultas e exames rápidos dentro das unidades de regime fechado. Ela também mencionou a falta de bombinhas de ar tanto no regime fechado quanto no semiaberto.

O Sr. Bruno Karam pediu para esclarecer algumas dúvidas e levantou questões sobre os déficits no atendimento e a demora para esse atendimento. Ele destacou o desenvolvimento de doenças devido à falta de acesso à saúde para pessoas que estão ou ficaram em restrição de liberdade, como a tuberculose. Ainda, perguntou sobre a possibilidade de ampliar o fluxo de atendimento para outras doenças, dada a grande demanda.

Maria Lúcia respondeu que existem problemas e desafios na Rede de Atenção à Saúde, e afirmou que este é um momento de considerar possibilidades de construção de soluções. Ela explicou que existem vagas de reserva técnica para pessoas que sofreram AVC recente ou outras lesões neurológicas graves, pós operatório ortopédico, bebês de risco para atraso no desenvolvimento, entre outras condições de saúde graves, com o intuito de restaurar ao máximo a autonomia da pessoa, aproveitando o período de maior plasticidade neural e condição motora. Para obtenção desse tipo de vaga é necessário articulação entre os profissionais das unidades de saúde.

A Sra. Giovanna perguntou se esse é um protocolo acionado pelo médico da unidade e a Sra. Maria Lúcia respondeu que não necessariamente, esclarecendo que pode ser encaminhado a solicitação de vaga por outros membros da equipe multiprofissional da UBS como enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, entre outros, sempre após a avaliação dessa equipe.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e
Familiares**

A Sra. Alice comentou sobre a evolução do conceito de saúde, destacando que antigamente era entendido como a ausência de doença, enquanto hoje enfatiza a prevenção. Ela perguntou como esse conceito se aplica ao sistema prisional, especialmente na área de saúde mental. A Sra. Maria Lúcia respondeu afirmando que essa responsabilidade é do Estado.

A Sra. Giovanna mencionou que estão havendo articulações com a SAP e que as propostas e demandas da sociedade civil estão sendo postas.

A Sra. Tempestade observou que às vezes as pessoas não têm conhecimento sobre o assunto e sobre seus direitos, e propõe a distribuição de panfletos nas saídas para informar sobre a saúde, e destacou a falta de médicos e dentistas no sistema.

A Sra. Paula sugere que o recebimento de propostas pode ser uma demanda ou questionamento para o mapeamento.

O Sr. **Diego Polachini** (DPE - NESC) abordou a falta de salubridade e condições de higiene nas unidades prisionais. Ele destacou a ausência de uma equipe mínima de saúde para realizar diagnósticos básicos e falta de escolta para levar os presos aos Hospitais. Além disso, afirmou que há uma dificuldade de competência de atendimento local pela divergência no entendimento das atribuições, tendo em vista que o Estado fala que é atendimento básico e o atendimento básico fala que o presídio é estadual. Ele mencionou a dificuldade na entrega de medicamentos, já que estes são encaminhados sem receita, que os presos não recebem devido à falta de agentes de saúde.

O Sr. Bruno Karam enfatizou a importância da presença da SAP, ressaltando a necessidade do compartilhamento de dados por parte da SAP e estatísticas. Ele mencionou que só há dados através de relatos das pessoas que saem da prisão, não de quem está

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

atualmente encarcerado, e destacou a importância da presença dos órgãos responsáveis. Posteriormente, o Sr. Bruno Karam comentou que os dados disponíveis são fragmentados.

A Sra. Maria Lúcia respondeu ressaltando a importância da articulação entre o município e o estado no atendimento à população, confirmando que a situação atual não é ideal.

A seguir, a Sra. Giovanna destacou que muitas das preocupações mencionadas visam a disseminação de informações. Ela solicitou que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) disponibilize material informativo para ser distribuído durante as saídas temporárias.

Ainda, a Sra. Tempestade reafirmou a falta de vacinas nas unidades prisionais e destacou a presença significativa de tuberculose nas prisões, além de outras carências em termos de equipamentos de saúde.

A Sra. Paula observou que todas essas questões ressaltam a importância da presença da Secretaria de Administração Penitenciária no grupo de trabalho (GT) e mencionou que estão articulando para abordar essas demandas e ações planejadas.

Bruno pergunta se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já recebeu convite para participar das reuniões do GT. Paula respondeu que não diretamente, mas que outros espaços serão convidados conforme decidido como necessário.

Assim, a Sra. Giovanna passou para a leitura dos encaminhamentos, que serão propostas na próxima reunião:

- Verificar com o SAP como é abordada a questão do scanner para mulheres grávidas;
- Enviar novamente convite para a SAP participar das discussões do grupo de trabalho;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e
Familiares**

- Organizar material informativo dos serviços municipais para distribuição durante as saídas temporárias de dezembro.

Por fim, a Sra. Giovanna comentou que esta é sua última reunião com a Sra. **Julia Lima** (SMDHC - Egressos e Familiares) como estagiária da equipe, devido à conclusão do ensino superior. Ainda, a Sra. Giovanna propõe que a decisão da pauta da próxima reunião seja tomada no grupo do WhatsApp.

Assim, a reunião foi encerrada.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
3ª Reunião Temática do Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e
Familiares**

ANEXO 1

Lista de siglas

CPDDH - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
CPD - Coordenação de Políticas sobre Drogas
CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
DIEJA - Divisão de Educação de Jovens e Adultos;
DPE - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
FEDSP - Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo;
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária;
ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;
POT - Programa Operação Trabalho;
SAP - Secretaria Estadual de Administração Penitenciária;
SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;
SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
SME - Secretaria Municipal de Educação;
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação;
SMS - Secretaria Municipal da Saúde.